

ROCHA, Talitha Mírian do Amaral. “Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar”: uma etnografia das práticas e representações da Guarda Municipal. Niterói: EDUFF, 2016. 180 p.

Marcos Alexandre Veríssimo da Silva¹

No Brasil, pesquisas oriundas das ciências sociais, com base em estudos empíricos realizados junto a instituições que compõem o chamado *sistema de segurança pública* (idealizado no Art. 144 Constituição Federal), têm construído consensos que se reafirmam, a cada encontro, a cada seminário e a cada defesa de dissertações e teses. Um destes consensos se refere à presença de uma ausência. Em grande parte dos casos, a ausência total ou parcial de alguma sistematicidade institucional daquilo que se enuncia no dispositivo constitucional. Em suma, não há, a rigor, o referido *sistema*, com as instituições e corporações trabalhando de maneira coordenada e planejada, para o bom funcionamento do todo, que neste caso seriam as políticas públicas de segurança. Por outro lado, é este mesmo ordenamento constitucional pós 1988 que marca, no plano das ideias, uma proposta de ressignificação da concepção de segurança, que no período imediatamente anterior da história do Brasil, conhecido como Regime Militar (1964-1985), remetia à noção de Segurança Nacional, princípio que passaria então a ser substituído discursivamente pelo conceito de Segurança Pública.

Neste contexto, a desconcentração administrativa para a iniciativa de participação dos municípios brasileiros nas políticas públicas de segurança alcançou legitimidade, recursos, e, como consequência, a atenção dos pesquisadores e estudantes de diversas áreas de conhecimento, notadamente nas chamadas ciências humanas, entre as quais a antropologia. Sendo assim, estudos sobre corporações como guardas municipais ganham destaque na formação de um campo de pensamento das políticas públicas de segurança (MIRANDA; MOUZINHO; MELLO, 2003; MELLO, 2011; MIRANDA; AZEVEDO; ROCHA, 2014; VERISSIMO, 2020, entre outros). O que os diferentes trabalhos vêm demonstrando é o fato de que, não obstante discursos e avanços, um

¹ INCT-InEAC, professor de sociologia da SEEDUC-RJ, mestre e doutor em antropologia pelo PPGA-UFF. Niterói, Rio de Janeiro- Brasil. E-mail: maverissimo.silva@gmail.com

longo caminho (CARVALHO, 2001) ainda haverá de ser percorrido, com percalços, na direção de uma efetiva substituição de modelos de segurança pública marcados pelo ponto de vista do estado em favor daqueles que partam da ótica das sociedades.

Para os interessados no estudo de tais processos, ou na produção de tecnologias sociais para com eles lidar, o livro de Talitha Rocha, intitulado “*Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar*’: uma etnografia das práticas e representações da Guarda Municipal”, é, por assim dizer, leitura obrigatória. A autora já avisa no início que o *sistema*, na maioria das situações empiricamente observadas, se mostra uma abstração, e que não eram tais preocupações que constituíam sua problemática de pesquisa, embora esta ausência tenha sido um dos elementos das conclusões de sua investigação. O que oferece, com toda competência, é uma interessante e detida descrição etnográfica de estruturas de pensamento e ação, produzida na interlocução com mulheres e homens que usam o uniforme e as insígnias da GMSG, patrulhando os espaços públicos desta que é uma cidade com mais de um milhão de habitantes, de acordo com as mais recentes projeções censitárias, e segundo maior colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro.

Este livro foi originalmente apresentado como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, trabalho agraciado com o Prêmio de Excelência UFF 2016, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado da grande área de “Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes”. A pesquisa, de caráter etnográfico, foi orientada pelo professor Edilson Márcio Almeida da Silva, do Departamento de Antropologia da UFF, e desenvolvida no âmbito do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC).

Dentro do modelo idealizado de *sistema de segurança pública*, deveria ficar a cargo dos municípios, em convênio ou não com as polícias estaduais, mas sempre em articulação, o controle dos fluxos e paradas de veículos e pedestres nos centros urbanos do país. Caberia, então, à municipalidade, cuidar do trânsito, elemento decisivo para o sucesso de uma política pública de segurança. São os acidentes de automóveis e atropelamentos, que ocorrem não apenas nas rodovias, mas em grande parte também nos núcleos urbanos, uma das principais causas de morte classificadas como não naturais no Brasil. Afeta diretamente a segurança dos cidadãos, incidindo assim sobre o

exercício do direito civil de ir e vir e à chamada “qualidade de vida”. Na maior parte das cidades brasileiras de grande e médio porte, fica a cargo de sua Guarda Municipal (ou Metropolitana, as denominações podem variar) implementar, por meio do emprego de equipamentos e recursos humanos, as operações de coordenação e controle dos fluxos de trânsito nos perímetros urbanos. Algumas cidades já possuíam há décadas uma corporação nestes moldes, outras optaram por instituí-la para este fim.

A Guarda Municipal de São Gonçalo foi originalmente criada no ano de 1938, passando seus agentes a atuar, portando armas de fogo, na defesa do patrimônio da prefeitura e nas ruas da cidade. Era a época identificada na historiografia como Estado Novo. Na década seguinte, o município passou a ser conhecido com a Manchester Fluminense, em razão do destaque obtido na produção industrial, então em fase de crescimento no estado do Rio de Janeiro. Não obstante, esta pujança no setor produtivo decaiu em décadas posteriores (GUEDES, 1997). Em 1994, a GMSG foi extinta por um decreto do então prefeito. Parecia ter se criado o consenso, junto à classe política dirigente no município, de que não havia mais serventia para uma corporação como esta. Porém, quatro anos após, o prefeito seguinte restaurou a Guarda Municipal, desta feita sem o porte de armas de fogo, e já a partir de 1998 passou a empregar seu efetivo nas operações de controle de trânsito. Um novo Código Brasileiro de Trânsito passara a vigorar no país em setembro de 1997, endossando a ideia constitucional de protagonismo dos municípios nas operações de planejamento, controle e fiscalização do trânsito de veículos e pessoas pelas ruas da cidade.

O livro traz um resgate histórico não exaustivo destas idas e vindas da instituição Guarda Municipal de São Gonçalo e também da história da cidade, culminando no momento atual em que as operações e intervenções nas vias e, eventualmente, nas vidas das pessoas, encarnadas nas figuras dos guardas municipais, conforme assinala a autora, configuram-se de modo que *“o trânsito não é importante apenas para a Guarda Municipal, mas uma questão cara a todo município”* (p. 165). Assim, tendo as operações de trânsito se configurado como sua missão precípua, cotidianamente a GMSG constrói o seu devir em contextos diversos, por vezes hostis, outras tantas se confrontando com as famosas *“carteiradas”* (p. 116), seja de maneiras sutis ou grosseiras.

A Guarda Municipal da cidade de São Gonçalo é parte de um suposto *sistema* que em tese deveria funcionar com diferentes corporações em articulação no sentido de prover segurança pública, em seu caso, concentrando as ações de controle do trânsito que possam resultar em um ir e vir minimamente seguro, ágil e previsível, em uma grande e complexa cidade. Não apenas grande e populosa, mas também uma cidade da qual se diz, jocosamente, que quem ali consegue dirigir, o faz sob condições tão inóspitas para tal prática que não terá, por isso presume-se, dificuldades para conduzir um automóvel em qualquer lugar do universo. Um contexto no qual um dos mais importantes bairros, Alcântara, como demonstra Rocha, por conta dos padrões de fluidez de veículos, pessoas e animais ali verificado, é chamado de “Pequena Índia” (p. 46).

As descrições etnográficas deste livro me fizeram lembrar, em alguns momentos, das palavras de um delegado de polícia que tive a oportunidade de entrevistar, em agosto de 2007². Segundo ele, em se falando de trânsito, a cidade de São Gonçalo era uma “*terra de ninguém*” que o deixava, de acordo com seu próprio vocabulário, “*apavorado*”, isso em razão da reiterada tendência de pedestres e condutores de veículos em ignorar minimamente leis básicas de trânsito, como a sinalização semafórica e regramentos de parada, estacionamento e circulação, entre outros. Usou também a palavra “*selva*” para definir o trânsito da cidade (VERISSIMO, 2010).

Pois é em uma cidade como esta que incide o trabalho da Guarda Municipal. E é, por sua vez, sobre parte dos campos microfísicos onde tal trabalho se configura que incide o olhar da etnógrafa, que veio propiciar uma primorosa descrição. Há que se ressaltar, aqui, a imensa habilidade no estabelecimento de relações de interlocução demonstrada pela antropóloga para alcançar o sucesso que alcançou em uma situação como esta. Após palestrar e assistir palestras nos cursos de formação para novos agentes da GMSG, a autora começou a ficar conhecida por estas pessoas, ao mesmo tempo em que começava a intuir para onde olhar em sua etnografia. Uma vez constituídos estes elementos – ser conhecida por parte dos agentes e saber em alguma medida o que

² Naquela ocasião, o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense havia sido requisitado e contratado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo para elaborar um Plano Municipal de Segurança. Eu fazia parte da equipe do NUFEP, motivo pelo qual entrevistava um dos delegados da 72 DP. Sobre o trabalho de campo, envolvendo dezenas de pesquisadores e estudantes, que estruturou o referido Plano de Segurança da cidade de São Gonçalo, ver: BARBOSA; MOUZINHO; KANT DE LIMA; SILVA: 2008.

procurar em sua investigação – e matriculada no mestrado do PPGA, passou, a partir de novembro de 2013 e até novembro de 2014, a flunar por duas regiões da cidade para isso especialmente escolhidas. Foi, mais especificamente, nas ruas do centro da cidade e do bairro Alcântara (ou “Pequena Índia”, de acordo com a classificação nativa) que a etnografia foi realizada. Para isso, criou a rotina de praticar cotidianamente o trabalho de campo, como disse, mais ou menos das 9:00 às 18:00 (p.27).

A partir daí, passou a observar *in loco* o trabalho dos guardas nas operações de trânsito, ou seja, daquilo que pode ser definido como pretensão de ordenar o que é em grande medida representado como caótico, “*terra de ninguém*”, selvagem, apavorante. Conversou intensa e frequentemente com os agentes, muitas vezes tendo acesso à reflexões de primeira mão (em alguns casos, não conformistas) feitas por estes trabalhadores sobre aquilo que faziam, no momento em que faziam (ou eram ordenados a fazer). Frequentou seus postos de serviço nos espaços públicos, os fazia companhia na hora do lanche, e também teve a oportunidade de com os mesmos conversar também em coletivos, enquanto se deslocavam, e nas bases operacionais da Guarda Municipal. Chegou a cultivar amizade com duas guardas. Eis como ela própria define suas estratégias de aproximação às relações do campo:

A observação direta foi uma estratégia metodológica importante. Quando não estava andando pelas ruas, mantinha-me próximo a um guarda, procurando observar seu trabalho e sua interação com o entorno. Também conversava com eles, mas, na maior parte das vezes, ficava um pouco afastada para não atrapalhar e/ou interferir demasiadamente em suas ações. Aproximava-me, porém, quando ocorriam “imprevistos”, tais como colisões, acidentes, pequenos conflitos etc. Buscava não ficar muito tempo junto a um único guarda. Durante o dia, ia de um lado a outro do bairro observando o trabalho de diversos agentes e conversando com eles. A observação do trabalho dos guardas foi realizada, portanto, *do ponto de vista de um transeunte*, mesmo porque nunca cheguei a dirigir pelas ruas da cidade. (ROCHA: 2017, p.27, *grifo meu*)

Dessa maneira, fazendo uso da observação participante como forma de produção do conhecimento, Rocha apresenta uma etnografia muito bem escrita, com foco em processos sociais envolvendo o resultado de decisões políticas implementadas formalmente em nome da noção de segurança pública. Em nome do município e supostamente articulados a um *sistema*, estes homens e mulheres atuam em complexos processos de atualização de práticas e representações, protagonizando (e antagonizando)

dilemas brasileiros (DA MATTA, 1979; KANT DE LIMA, 2008). Ao receberem ordens para intervir nos fluxos formais e usuais de trânsito na cidade, ao aplicar o ato administrativo da multa em condutores de veículos em razão de irregularidades que não são raras, nas festividades, se deparam o tempo todo com forças e representações correntes que associam, de forma naturalizada, o caos, a desordem e os atos antissociais, ao devir da cidade.

Por isso, além de sua relevância no âmbito dos estudos das instituições empregadas no campo das políticas públicas de segurança, este livro também se configura como uma via privilegiada para o conhecimento – para além de surrados estereótipos – da realidade da cidade de São Gonçalo. E estereótipos não faltam. Tida como uma “cidade dormitório” (p. 164), sobre este município recai todo um universo de preconceitos oriundos de sua dita condição de região periférica da metrópole carioca (GUEDES, 1997), embora a distância entre o centro da cidade e a cidade do Rio de Janeiro não passe dos 27 quilômetros.

Entende-se por “cidade dormitório” municípios populosos que tem a capacidade de oferta de emprego muito aquém do número total de sua população economicamente ativa, forçando-os a irem à busca de postos de trabalho em cidades vizinhas. E apesar do gigantismo demográfico de levadas e levadas de gonçalenses que, todos os dias, lotam sucessivos coletivos para ir ao trabalho fora de seus limites (principalmente em Niterói e no Rio de Janeiro) tal volume de gente leva a conclusões equivocadas. A rigor, São Gonçalo não pode ser chamada de “cidade dormitório”. A contestação acadêmica de tal representação estereotipada da cidade pode ser encontrada no trabalho do geógrafo Marco Nepomuceno: 61% por cento da força de trabalho está empregada no próprio município. Trabalhadores de cidades como Itaboraí e Rio Bonito vão a São Gonçalo todos os dias para trabalhar (NEPOMUCENO, 2019).

A despeito disso, o planejamento urbano e viário da cidade, configurando-se na construção de vias expressas que desconfiguraram seu litoral (BR 101) e o abandono de praças pela municipalidade, resultando no esvaziamento dos espaços públicos, parece retroalimentar constantemente a visão estereotipada de “cidade dormitório”. Já o livro de Talitha Rocha, mostra, por sua vez, que o trabalho executado pela Guarda Municipal sobre o trânsito da cidade convive o tempo todo com dilemas mais ou menos análogos a este. Por vezes, sua etnografia mostra os guardas *no fio da navalha* entre a altíssima

complexidade de sua tarefa de pôr alguma ordem e funcionalidade em fluxos naturalizados como caóticos, e o permanente risco de, ao operar mais pessoalmente do que por meios institucionais materialmente estruturados e sistematicamente configurados (que nem sempre lhes são disponibilizados), retroalimentar também – mesmo que inadvertidamente – as antigas representações em torno da noção de “terra de ninguém”.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Antonio Rafael; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes; KANT DE LIMA, Roberto; SILVA, Edilson Marcio. **Reflexões sobre a municipalização da segurança a partir do diagnóstico de segurança pública do município de São Gonçalo (RJ).** *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.]

GUEDES, Simoni L. **Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores.** Niterói: EDUFF, 1997

KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de Antropologia e Direito.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

MELLO, Katia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs.** Niterói: EDUFF, 2011.

MIRANDA, Ana Paula; MOUZINHO, Gláucia; MELLO, Kátia Sento Sé. **Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”.** Rio de Janeiro: REVISTA COMUM, dezembro de 2003.

MIRANDA, Ana Paula; AZEVEDO, Joelma; ROCHA, Talitha (organizadoras.). **Políticas públicas de segurança municipal: Guardas Municipais, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

NEPOMUCENO, **Do espaço privado à privação dos espaços: representação e retração do espaço público em São Gonçalo – RJ.** [Dissertação de Mestrado]. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2019.

VERISSIMO, Marcos. **As políticas de segurança municipal e a construção do conhecimento antropológico.** In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía;

PIRES, Lenin (orgs.). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada (Volume II)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **“De sol a sol”: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a segurança pública na “cidade maravilhosa”**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

• CAMPO • MINADO •
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública